

e-Governo no Brasil: Experiências e Perspectivas

ANDRÉA GOMES FERNANDES

JOSÉ ROBERTO RODRIGUES AFONSO

REVISTA DO BNDES, RIO DE JANEIRO, V. 8, N. 15, P. 21-64, JUN. 2001

2. e-Governo: Definições e Estágios de Desenvolvimento

Como se sabe, o e-governo envolve basicamente três tipos de transações: **G2G**, quando se trata de uma relação intra ou intergovernos; **G2B**, caracterizado por transações entre governos e fornecedores; e **G2C**, envolvendo relações entre governos e cidadãos. Essas transações são efetuadas não apenas por meio da Internet, mas também por meio de telefonia móvel, televisão digital, *call centers* e outros tipos de aplicações ligadas aos computadores pessoais.

Em linhas gerais, as funções características do e-governo são:

- prestação eletrônica de informações e serviços;
- regulamentação das redes de informação, envolvendo principalmente governança, certificação e tributação;
- prestação de contas públicas, transparência e monitoramento da execução orçamentária;
- ensino à distância, alfabetização digital e manutenção de bibliotecas virtuais;
- difusão cultural com ênfase nas identidades locais, fomento e preservação das culturas locais;
- *e-procurement*, isto é, aquisição de bens e serviços por meio da Internet, como licitações públicas eletrônicas, pregões eletrônicos, cartões de compras governamentais, bolsas de compras públicas virtuais e outros tipos de mercados digitais para bens adquiridos pelo governo;
- estímulo aos e-negócios, através da criação de ambientes de transações seguras, especialmente para pequenas e médias empresas.

O desenvolvimento do e-governo passa, geralmente, por quatro estágios.

O primeiro consiste na criação de *sites* para a difusão de informações sobre os mais diversos órgãos e departamentos dos diversos níveis de governo. Eventualmente, esses *sites* são reunidos em um portal que, nesse estágio, consiste apenas em uma espécie de catálogo de endereços dos vários órgãos do governo.

No segundo estágio, esses *sites* passam também a receber informações e dados por parte dos cidadãos, empresas ou outros órgãos. A comunicação, nesse caso, torna-se uma via de mão dupla. O contribuinte pode enviar sua declaração de imposto de renda ou informar uma mudança de endereço; são criados endereços

eletrônicos para receber reclamações ou sugestões nas diversas repartições; empresas cadastram-se eletronicamente para o fornecimento de certos serviços; dados são transferidos, usando a Internet, de um departamento ou de uma prefeitura ou de uma unidade hospitalar, por exemplo, para um órgão central, e assim por diante.

Na terceira etapa de implantação do e-governo, as transações tornam-se ainda mais complexas. Nesse estágio, são possíveis trocas de valores que podem ser quantificáveis. São realizadas operações como pagamentos de contas e impostos, educação à distância, matrículas na rede pública, marcação de consultas médicas, compras de materiais etc. Em outras palavras, além de informações, valores são trocados e serviços anteriormente prestados por um conjunto de funcionários de balcão são agora realizados usando-se uma plataforma de rede e uma interface direta e imediata com o cidadão ou a empresa. Isso implica adaptações nos processos de trabalho.

Essas modificações tornam-se ainda mais complexas e radicais no quarto estágio de implantação do e-governo. Nele, é desenvolvido um tipo de portal que não é mais um simples índice de *sites* do governo com centenas de endereços, mas um lugar de convergência de todos os serviços prestados pelo governo. Nesse estágio, o serviço é disponibilizado por funções ou temas, e não segundo a divisão real do governo em ministérios, departamentos etc.

Assim, ao lidar com o governo, cidadãos ou empresas não precisam mais se dirigir a inúmeros órgãos diferentes para procedimentos tais como mudar de estado civil, requerer seguro-desemprego, abrir uma firma ou obter determinada licença. É possível resolver tudo em um único lugar, com uma única senha. O usuário não precisa saber quais órgãos ou departamentos, de quais níveis de governo e em que seqüência são mobilizados para a realização de determinado serviço ou a prestação de uma informação. O que ocorre por trás da interface eletrônica (*off-line*) não interessa a ele.

Para que isso seja possível, contudo, é necessária uma mudança radical nos bastidores, pois muitos dos serviços a serem prestados exigirão uma intensa colaboração entre os diversos órgãos e repartições, por meio de uma Intranet governamental segura, que integre todos eles. Em outras palavras, num estágio avançado do e-governo, a automação de atividades e a racionalização de procedimentos implicam transformações radicais dos processos de trabalho, e não apenas a agilização desses processos. O desenvolvimento da interoperabilidade entre os vários órgãos da administração pública, enfim, torna premente uma verdadeira reforma administrativa do Estado. E não é possível levar essa tarefa a cabo sem um intenso programa de treinamento e reciclagem de todos os funcionários públicos.

Em geral, pode-se dizer que, na maioria dos países, os princípios gerais que orientam o e-governo, qualquer que seja o seu estágio, são a democratização do acesso à informação, a universalização na prestação dos serviços públicos, a proteção da privacidade individual e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Para isso, são pré-requisitos do desenvolvimento do e-governo uma avançada infra-estrutura de redes e de computação e um quadro jurídico-institucional adequado. Vale lembrar que o desenvolvimento do e-governo deve acompanhar as transformações da sociedade. Por um lado, o governo precisa estar apto para seguir o ritmo das mudanças tecnológicas que estão ocorrendo na economia interna e de outros países, oferecendo respostas rápidas e adequadas às demandas daí decorrentes, por parte tanto dos cidadãos quanto das empresas. Por outro lado, ele deve garantir que todos possam ser capazes de interagir com ele por meio dessas tecnologias. Em outros termos, o governo deve assegurar a educação digital de toda a população, preservando o exercício pleno da cidadania.

Publicado em 19 de outubro de 2003, Jornal O Globo, OPINIÃO

A rede de inclusão digital

MARCIO MOREIRA ALVES

O Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, composto por 12 ministros e representantes dos produtores e consumidores de ciência, é o único conselho ligado diretamente à Presidência da República, devendo ser presidido pelo próprio presidente. Essa imponência tornou muito difícil fazer as reuniões, que não aconteciam desde 2001. O presidente Lula resolveu colocar o conselho em funcionamento e convocou duas reuniões seguidas, em setembro. No início de outubro, reuniram-se as comissões temáticas, sendo que na de prospectiva, informação e cooperação internacional, estiveram presentes os ministros Luis Gushiken e Miro Teixeira.

Miro explica, com entusiasmo juvenil, seu programa de implantação de 3.300 telecentros até o final do ano, programa que implanta 25 centros por dia. Senta-se à frente do computador, abre o portal do Ministério das Comunicações e faz o link com o portal de seu ministério, clica e abre um mapa do Brasil. Escolhe o município de Jordão, no Norte de Minas, para a demonstração. Outro clique na escola local e aparece um barracão de madeira, com um orelhão e uma antena parabólica ao lado. No interior há cinco computadores que ligam a escola à rede mundial da internet, a uma velocidade de 236 K bites por segundo. Custo zero. Explica Miro:

— O governo passado fez um contrato com a empresa Guilat para a instalação em todas as prefeituras de ícones de acesso à internet, a uma velocidade de 33 K. Nós refizemos o contrato, trocando os ícones das prefeituras pelo acesso direto por satélite a uma velocidade muito maior e, além do acesso às matérias dos governos, incluímos os endereços ponto.com, que são a maioria dos endereços no Brasil. Os telecentros estão sendo instalados nos endereços que nos são fornecidos pelos ministérios que têm ligações com o Fust, Fundo de Universalização dos serviços telefônicos: o Ministério das Comunicações, o da Educação, o da Saúde, da Cultura, da Justiça, da Segurança Alimentar e da Defesa. Esses endereços são geralmente em regiões remotas ou carentes, onde não chegam as redes de telefone ou de TV a cabo. Só o Ministério da Segurança Alimentar nos forneceu mil endereços. Os endereços da Defesa, nas regiões de fronteiras e na Amazônia, permitirão, por exemplo, que o hospital do Exército em Tabatinga participe de teleconferências com os melhores hospitais do mundo e faça operações complexas, com acompanhamento internacional. O Ministério da Justiça poderá ter um acompanhamento instantâneo dos processos de

lavagem de dinheiro ou das prisões feitas pela Polícia Federal. Cristovam Buarque está entusiasmado com as possibilidades que a internet abre ao treinamento de professoras. O acompanhamento on line do emprego do dinheiro do SUS e da distribuição de remédios é precioso para o ministério da Saúde. E, seguindo a orientação do presidente Lula de trocar verbas por criatividade, estamos fazendo isso com os recursos de bordo. Ou seja, usando a capacidade existente em organismos federais. A construção do nosso portal definitivo conta com a colaboração do Serpro, que tem uma grande massa de funcionários especializados e vai hospedar o portal além do pessoal de informática dos Correios. Em março já estaremos capacitados para fazer pela internet todas as licitações do governo federal. Essas licitações poderão contar com a participação de todas as empresas interessadas, de qualquer lugar do país.

Miro Teixeira tem outros projetos, ainda mais ambiciosos. Quer, por exemplo, conseguir incentivos para se fabricar no Brasil, com tecnologia brasileira, os chips de baixa velocidade, que todos usamos no dia-a-dia — os de relógios de pulso e fixos, os dos controles de TV, os de telefones celulares ou de DVDs. Diz:

— A tecnologia está disponível, no laboratório do professor João Antonio Zuffo, na Politécnica da USP. E nós ficamos pagando royalties desnecessariamente por algo que podemos fazer aqui. Para se ter uma idéia: os empresários da Zona Franca de Manaus encham a boca dizendo que, no ano passado, exportaram US\$ 520 milhões em telefones celulares. Mas quanto importaram? US\$ 500 milhões. É negócio?

O mais ambicioso projeto do Ministério das Comunicações é o da TV digital. Ao contrário dos Estados Unidos, da Europa e do Japão, onde as transmissões de TV são por cabos de fibra ótica, no Brasil 87% dos aparelhos usam a TV analógica, aberta e gratuita. O ministério está comparando os sistemas dos países desenvolvidos para estabelecer, em um ano, o modelo de referência brasileiro. Diz Miro:

— Segundo o IBGE, o eletrodoméstico mais difundido é a TV, 54 milhões de aparelhos. É mais que o número de fogões. Nós estamos estudando um modelo que possa converter os sinais digitais em analógicos, através de um pequeno aparelho que custa de 50 a 80 dólares e pode ser acoplado a uma geladeira, por exemplo. O aparelho, acompanhado por um teclado, permite à televisão ter acesso à internet. Isso resolveria em grande parte nosso apartheid digital. Fizemos um seminário na Unicamp ao qual compareceram 130 pesquisadores, sendo 80 PhDs. A idéia é desenvolvermos as pesquisas em redes de laboratórios, num processo análogo ao do Projeto Genoma, que colocou o Brasil na ponta da tecnologia mundial.

Perguntei se não se sentia inseguro em tocar programas de longo prazo quando Leonel Brizola, dono de seu partido, se posiciona em violenta oposição ao governo.

Respondeu que não:

— O presidente Lula não cessa de me dar tarefas novas. Como vou me sentir inseguro?

MARCIO MOREIRA ALVES é jornalista.